

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



O desígnio iluminista do cadastro territorial urbano: um exemplo de informação geográfica com finalidade fiscal-administrativa no século XVIII

Miguel Sopas de Melo Bandeira - sopasbandeira@gmail.com ;

cadastro, cartografia urbana, século XVIII, Braga

Em jeito de revisitação do projecto de investigação, que oportunamente subordinámos ao estudo em geografia urbana histórica do espaço urbano de Braga em meados do século XVIII (2000), pretendemos agora com a presente comunicação debruçar-nos mais especificamente sobre o processo das operações cadastrais em território urbano. A partir do exemplo do conceituado “Mappa das Ruas de Braga” (1750), sito no Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, e de todo o acervo patrimonial que com ele está articulado (Índices dos Prazos Urbanos do Cabido da Sé de Braga) indagaremos as razões geográficas e as susceptibilidades cartográficas que fazem deste acervo uma fonte única da reconstituição do território urbano setecentista português.

O presente espécime cadastral tem a particularidade de cruzar a informação fiscal-administrativa do património urbano do Cabido da Sé com a iconografia da maioria dos alçados das casas da cidade de Braga de meados do século XVIII, facto que, por si só, representa um avanço notável para época, no desenvolvimento deste tipo de instrumentos. Além disso, a fonte em causa surge-nos acompanhada de referências e medidas tradicionais de levantamento que permitem calcular modelos de reconstituição cartográfica muito precisos, tanto do ponto de vista geométrico como temático. Aí são evidentes os detalhes arquitectónicos e urbanísticos, mas também, a partir da informação cruzada, é possível reconstituir a informação social e económica, financeira, genealógica, entre outras perscrutações possíveis de promover o desenvolvimento da história social urbana.

Sendo, contudo, um produto da época, o Mapa das Ruas de Braga (MRB), é também ele um testemunho dos recursos técnicos usados nas políticas urbanas desse tempo e dos métodos utilizados para resolver os problemas que, hoje diríamos, se inscrevem ao nível das políticas urbanas e da gestão do edificado.

O MRB não sendo, contudo, um produto cartográfico na acepção canónica da expressão gráfica do espécime, ele é constituído por uma série de fólios em tiras de papel, com 116

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



sequências de conjunto de alçados e demais confrontações do edificado bordejantes para as ruas, e que foram cuidadosamente levantados pelo seu autor, o Padre Ricardo Rocha. Aí estão reunidos 67 topónimos (ruas, praças/campos e outras artérias), a maior parte delas exaustivamente desenhadas. Por aí podemos igualmente reconstituir outros elementos como instituições civis e religiosas; a muralha e os elementos defensivos que lhe estão associados; fontenários; portais; cruzeiros; pontes; vedações; o curso de água que atravessa a cidade; elementos do coberto vegetal, como jardins e vinhedos; em suma, pormenores, ainda, como edifícios arruinados e até loteamentos expectantes de novas casas. O valor do MRB acresce de importância documental por completar-se aos Índices dos Prazos do Cabido (IPC), que fazem parte da mesma empreitada. Constituídos em 4 volumes registam a enfiteuse urbana do Cabido, ou seja, os foros que foram celebrados com o cartório da Mesa Capitular (1406-1905), em consequência do vasto trabalho de reorganização que a instituição capitular levou a cabo depois do longo período de Sé vacante em dominou o governo da cidade. Os IPC consubstanciam assim um efectivo índice que tem a particularidade de permitir o cruzamento das confrontações aferidas em varas, palmos, e meio-palmo do edificado representado com as informações dos aforamentos. Por esta via somos também informados do potencial administrativo e fiscal do senhorio urbano em causa. De um modo sistemático é-nos facultado todo um conjunto de variáveis de elevado potencial estatístico e cartográfico como: referências temporais e quantitativas relativas aos contratos enfiteúticos, como datas, as renovações, sucessões e transferências; os nomes dos enfiteutas e subenfiteutas; graus de parentesco; e ainda com elevada frequência de referência, as artes e os ofícios, alusões à posição social ocupada pelos visados; as tipologias de obrigações e os valores das rendas, as quantidades e géneros de pagamento; os complementos, como laudémios e pensões, bem ainda, como diversas outras informações tidas por esclarecedoras da relação enfiteutica. Tratam-se ao todo de 2614 prazos ou subemprazamentos (foros ou subaforamentos) que podemos acompanhar ao longo dos índices, e que nos permitem pesquisar as estruturas sócio-económicas da cidade de Braga de setecentos.

Mais do que a elucidação do modo como era então gerido e administrado o património urbano por parte de um senhorio de Antigo Regime, o MRB oferece-nos um manancial de potencialidades cartográficas, iconográficas e multimédia que pretextam um campo de ensaio muito interessante no domínio da cartografia histórica urbana.